

**Ações urbanas sustentáveis no Município de Salvador, Bahia, Brasil (2013-2016)**  
**Sustainable urban actions in Salvador City, Bahia State, Brazil (2013-2016)**  
**Acciones urbanas sostenibles en la Ciudad de Salvador, Estado de Bahia, Brasil (2013-2016)**

Recebido: 27/05/2020 | Revisado: 22/06/2020 | Aceito: 25/06/2020 | Publicado: 06/07/2020

**Patrick Passinho Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5956-8966>

Universidade Salvador -UNIFACS, Brasil

E-mail: [patrickpassinho@hotmail.com](mailto:patrickpassinho@hotmail.com)

**Paulo Sergio Rodrigues de Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2628-5369>

Centro Universitário UniFTC, Brasil

E-mail: [paulo29araujo@gmail.com](mailto:paulo29araujo@gmail.com)

## **Resumo**

A constituição das cidades em sua maioria ocorreu de forma desordenada, convergindo exponencialmente aos conglomerados urbanos, caracterizados pela alta concentração populacional, exploração agressiva dos recursos naturais, incluindo supressão de vegetação, consumo exacerbado (energia; água), geração excedente de resíduos e poluentes, comprometendo recursos e qualidade de vida, promovendo estresse e déficit ambiental. Dentre os desafios vigentes destaca-se a sustentabilidade urbana, tendo a cidade de Salvador - BA, aderido ao Programa Cidades Sustentáveis (PCS), a partir da implementação da Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação (SECIS). Este Programa, através da análise documental do Relatório de Gestão (2013-2016), onde foram descritas as principais ações da Agenda de Sustentabilidade, em consonância com os eixos, indicadores e práticas sustentáveis (PCS), tornou-se foco deste artigo, utilizando-se na estratégia qualitativa a ferramenta de análise documental. Em consonância a análise realizada e lastreada pela literatura consultada, observou-se que há demanda estratégica para melhor planejamento, maior transparência, projeção de resultados e organização de banco de dados das informações produzidas, registrando e valorizando as ações executadas, processo de continuidade e ações à executar pela SECIS, de forma sistematizada, sendo propostas algumas métricas alternativas aos indicadores às ações, em conformidade às demandas locais e aditivas ao PCS,

desencadeando fatores de gestão e referência de replicabilidade aos municípios baianos e brasileiros.

**Palavras-chave:** Cidade resiliente; Indicadores de sustentabilidade; Qualidade ambiental.

### **Abstract**

The constitution of cities mostly occurred in a disorderly manner, converging exponentially to urban conglomerates, characterized by high population concentration, aggressive exploitation of natural resources, including suppression of vegetation, exacerbated consumption (energy; water), excess generation of waste and pollutants, compromising resources and quality of life, promoting stress and environmental deficit. Among the current challenges, urban sustainability stands out, with the city of Salvador-BA, adhering to the Sustainable Cities Program (PCS in Portuguese) and the Sustainable City and Innovation Secretariat (SECIS in Portuguese) was implemented. Thus, it became the focus of this article, which through the documentary analysis of the Management Report (2013-2016) described the main actions of the Sustainability Agenda, in line with the axes, indicators and sustainable practices (PCS). It was observed that there is a strategic demand for better planning, greater transparency, projection of results and organization of a database of the information produced, recording and valuing the actions performed, the continuity process and actions to be performed by SECIS, in a systematic way, being proposed some alternative metrics to the indicators to the actions, in accordance with the local and additive demands to the PCS, triggering management factors and reference of replicability to the municipalities of Bahia.

**keywords:** Resilient city; Sustainability indicators; Environmental quality.

### **Resumen**

La constitución de las ciudades se produjo principalmente de manera desordenada, convergiendo exponencialmente a los conglomerados urbanos, caracterizados por una alta concentración de la población, explotación agresiva de los recursos naturales, incluida la supresión de la vegetación, el consumo exacerbado (energía; agua), la generación excesiva de desechos y contaminantes, comprometiendo los recursos y la calidad de vida, promoviendo el estrés y el déficit ambiental. Entre los desafíos actuales, se destaca la sostenibilidad urbana, con la ciudad de Salvador-BA, uniéndose al Programa de Ciudades Sostenibles (PCS), y se implementó la Secretaría de Ciudad Sostenible e Innovación (SECIS). Así, se convirtió en el foco de este artículo, que, a través del análisis documental del Informe de Gestión (2013-2016), describió las principales acciones de la Agenda de Sostenibilidad, en línea con los ejes,

indicadores y prácticas sostenibles (PCS). Se observó que existe una demanda estratégica para una mejor planificación, mayor transparencia, proyección de resultados y organización de la base de datos de la información producida, registrando y valorando las acciones realizadas, el proceso de continuidad y las acciones a realizar por SECIS, de manera sistemática, siendo propuesto algunas métricas alternativas a los indicadores de las acciones, de acuerdo con las demandas locales y aditivas para el PCS, desencadenando factores de gestión y referencia de replicabilidad a los municipios de Bahía.

**Palabras clave:** Ciudad resiliente; Indicadores de sostenibilidad; Calidad del medio ambiente.

## 1. Introdução

A formação desordenada dos centros urbanos é conflitante com os espaços naturais, sobretudo em cidades não planejadas (Silva & Travassos, 2012), como a cidade do Salvador, capital da Bahia. A especulação imobiliária, abertura de novas fronteiras por atrativos econômicos culminaram no fenômeno da gentrificação, fuga de pessoas economicamente desfavorecidas, consequente ocupação de áreas de risco (morros e encostas), consequente degradação de ambientes naturais, supressão de vegetação, fauna e flora; poluição de corpos hídricos (Maricato, 2000b).

O planejamento urbano ambiental converge no foco da construção de cidades resilientes, com interseção socioambiental e econômica com foco preservacionista e preventiva, buscando alternativas para mitigar questões inerentes já estabelecidas motivados pela busca da qualidade de vida nas condições locais. Assim, a Prefeitura de Salvador aderiu à proposta do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), elaborado pelas Organizações Não Governamentais (ONGs): Rede Nossa São Paulo, Instituto Ethos e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis.

O referido Programa sugeriu diretrizes ao desenvolvimento urbano sustentável, através de 12 eixos temáticos: Governança, Bens Naturais Comuns, Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz, Gestão Local para a Sustentabilidade, Planejamento e Desenho Urbano, Cultura para a Sustentabilidade, Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável, Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida, Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, Ação Local para a Saúde e Do Local para o Global (PCS, 2018).

Ainda, nestes eixos consideram-se a participação da comunidade local na tomada de decisões, a economia urbana, preservando os recursos naturais, a equidade social, o correto

ordenamento do território, a mobilidade urbana, o clima mundial e a conservação da biodiversidade, entre outros aspectos relevantes.

Constam 175<sup>1</sup> cidades brasileiras aderentes ao programa, sendo destas 12 capitais: Rio Branco (AC), Macapá (AP), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Vitória (ES), São Luis (MA), Belém (PA), Recife (PE), Teresina (PI), Curitiba (PR), Boa Vista (RO) e São Paulo (SP).

Capitais expressivas no ranking brasileiro, em população e no PIB, como Rio de Janeiro (2<sup>a</sup>; 6.520.266 hab; 5,35%) e Brasília (3<sup>a</sup>; 3.039.444 hab.; 3,60%)<sup>2</sup>, não estão inseridas na plataforma. Na Bahia, apenas 25 dos 417 (IBGE, 2010) municípios, como Candeias, Ilhéus e Salvador, assinaram a carta-compromisso, protagonizando políticas públicas em sustentabilidade urbana. Ainda, a capital soteropolitana criou a Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação (SECIS) para atender implementar políticas públicas [sustentáveis].

Dessa forma, o tal artigo se propõe a estudar as ações sustentáveis adotadas pela capital soteropolitana, no período proposto (2013-2016), lastreada pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

## 2. Metodologia

Na forma de pesquisa qualitativa, seja para complementar informações obtidas por outras técnicas ou revelando novos aspectos, foi adotada a estratégia metodológica de Pesquisa Documental, ponderada como registros contemporâneos ou retrospectivos, em textos considerados cientificamente autênticos (escrito, manuscrito ou impresso; públicos, privados e pessoais), e como fontes de informações exploradas e não criadas, no contexto procedimental de pesquisa, possibilitando acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, favorecendo a observação processual (indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas) (Cellard, 2008; Abreu, 2008).

Buscou-se assim interpretar uma realidade local, utilizando como ferramenta para coleta de dados e informações pormenorizadas, o Relatório de Gestão (SECIS, 2016) interrelacionados aos princípios e recomendações do Programa Cidades Sustentáveis (PCS, 2012), sendo adequada ao fenômeno social e ambiental associado às condições de gestão municipal às demandas do Salvador -BA.

---

<sup>1</sup> PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis. Disponível em: <[http://www.cidadessustentaveis.org.br/cidades\\_signatarias](http://www.cidadessustentaveis.org.br/cidades_signatarias)>. Acesso em: março de 2018.

<sup>2</sup> IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2015.

Os dados foram triados e triangulados no foco das ações da Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação (SECIS) da Prefeitura de Salvador, na Bahia, referentes ao período compreendido entre 2013 a 2016; relacionados à literatura pertinente e informações relatadas; bem como, conformados ao preconizado pelo Programa Cidades Sustentáveis. Assim, simplificando os focos observacionais, descrevendo padrões e procedendo sugestões, foram subsidiadas as considerações e recomendações, projetando a possibilidade de adequar a sistematização, valorizar resultados alcançados e possibilitar a replicabilidade, como referência a outros municípios no território brasileiro.

### **3. Secretaria Municipal da Cidade Sustentável e Inovação (SECIS)**

Aprovada pela Lei 8.376, de 20 de dezembro de 2012, e modificada pela Lei nº 8.725 de 29 de dezembro de 2014 a SECIS tem como finalidade:

Art. 2º. [...] formular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar a política municipal do desenvolvimento sustentável e de saneamento ambiental, promover a gestão das metas do milênio no Município, executar estudos e planos para a promoção ambiental e preservação dos recursos naturais e administrar os parques, áreas verdes e demais espaços territoriais especialmente protegidos (Salvador, 2016).

Com foco na sustentabilidade ambiental urbana, a criação da secretaria prevê ser o principal instrumento de concepção, execução e promoção de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da cidade do Salvador. Segundo o Decreto nº 20.950 de 12 de julho de 2010, destacam-se competências relacionadas à produção de informações, coordenação e execução de políticas, diretrizes e metas ambientais, fomento à programas e políticas de sustentabilidade, educação ambiental, gestão e preservação de parques, hortos e áreas verdes, integração da política ambiental ao PDDU, garantia de coparticipação comunitária, estímulo a estudos e pesquisas ambientais, além da jurisdição quanto ao licenciamento e fiscalização ambiental do município (Salvador, 2010).

De acordo com o Art. 2º, Inciso I do Decreto municipal nº 27.132 de 06 de abril de 2016, é de competência da SECIS a “coordenação e execução das políticas, diretrizes e metas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável e de saneamento ambiental” (*Ibid*, 2016a). Principal ente público mediador das ações com foco na sustentabilidade dos diversos órgãos municipais, integrando as políticas públicas ambientais às políticas setoriais,

como Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU)(Lei Municipal Nº 9.069 de 30 de junho de 2016)<sup>3</sup>.

Ainda, sendo de atribuição garantir a participação da sociedade nos processos de gestão ambiental urbana, prezando pela tomada de decisão coparticipativa e integrada na manutenção de unidades representativas de ecossistemas soteropolitanos, a preservação e conservação da flora nativa e exótica, o fomento de pesquisas e estudos multidisciplinares e a estimulação de programas de educação ambiental, a articulação de ações e aspectos ambientais na elaboração de planos, programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos, o monitoramento de indicadores de sustentabilidade urbana, dentre outras (Salvador, 2016a).

#### **4. Resultados e Discussão: Planejamento e Caracterização das Ações, Eixos Temáticos e Indicadores**

A SECIS estruturalmente herdou o aparato físico e técnico da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), sendo estabelecida para tornar-se interseção às questões soteropolitanas perpassando por qualificação urbana, como mobilidade, arborização, habitabilidade, mediadora/integradora entre os órgãos municipais com foco em sustentabilidade, demandando análise do efetivado e legado temporal, na área e forma de atuação, planejamento de metas e ações, espectro das demandas, alinhamento de políticas públicas, processos de gestão, diagnósticos e avaliações, tornando imprescindível um processo de análise da efetividade e percepção dos gestores e sociedade alcançada.

No foco da sustentabilidade e conceitos correlatos, no âmbito de cidade, são elencadas demandas em interseção pela saúde, educação, habitação, empregabilidade, renda, mobilidade, sendo ramificações na atuação da Secretaria, conforme agenda disponível no Relatório de Gestão SECIS (Salvador, 2016b), constando 36 principais ações analisadas sob aspectos discutidos neste trabalho.

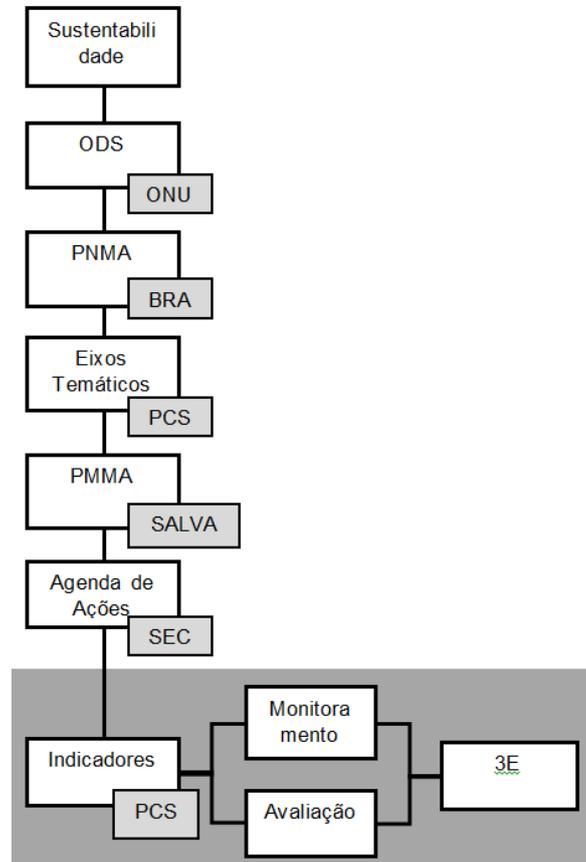
A proposição da Agenda de Sustentabilidade da SECIS é lastreada pelo conjunto teórico de pensamento da sustentabilidade internacionalmente disseminado pela ONU, suporte a compreensão da questão sustentável no Brasil e, sobretudo em Salvador (ONU, BR,

---

<sup>3</sup> Lei Nº 9.069 /2016. Disponível em <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acessado em 18 maio 2010 às 22h04.

NE, BA, SSA ou ODS, PCS, SECIS), sendo focado o desenvolvimento e contemporaneidade em âmbito local (Figura 1).

**Figura 1** – Desenvolvimento e contemporaneidade.



Fonte: Autores (2019).

Considera-se imprescindível no processo de gestão dessas políticas, o monitoramento e avaliação, garantindo retroalimentação ao banco de dados, suporte às novas metas e registro histórico de continuidade às políticas públicas de médio e longo prazo (Figura 1).

Os indicadores de resposta às ações (Braga e cols., 2002; Leite, 2012) permitiram dimensionar o investimento/benefício, monitorar, avaliar, manter padrões de qualidade para serviços públicos e inovar, possibilitando informações a investidores, agências de fomento e a sociedade, sobre a abrangência e impactos das ações realizadas no cotidiano da cidade, assegurando transparência e visibilidade pública.

Procedeu-se as interseções entre a pauta de Desenvolvimento sustentável da Organização das Nações unidas (ONU), do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) da Rede Nossa São Paulo, Instituto Ethos e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, e

da Agenda executada pela Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação (SECIS - Prefeitura de Salvador, na Bahia), referente ao período entre 2013-2016 (Salvador, 2016b), no sentido dos Eixos Temáticos e respectivos Indicadores do PCS e da Agenda SECIS.

**Quadro 1 – Ações e eixos temáticos.**

Ação	Ano	Eixo Temático	Indicador (PCS)	Resultado (s)	Métrica Alternativa
<b>Política Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>	2015	Bens Naturais Comuns	Legislação ambiental específica para o município	Criação de instrumentos de controle ambiental, mecanismos de financiamento para implantação de políticas públicas ambientais e de participação ambiental	PCS
<b>IPTU Verde</b>	2015	Gestão Local para a Sustentabilidade	Políticas municipais de cooperação	SD	Empreendimentos engajados (Qtd)
<b>Outorga Verde</b>	2015	Gestão Local para a Sustentabilidade	Políticas municipais de cooperação	SD	Empreendimentos engajados (Qtd)
<b>Novo Parque da Cidade</b>	2016	Planejamento e Desenho Urbano	Edificações novas e/ou reformadas (certificadas em sustentabilidade) / Edificações e projetos de reforma = %	Espaço (oficinas de Grafite; quadras de futebol), quadra (vôlei de praia/futvôlei; pista de skate), 3 parques infantis com acessibilidade; anfiteatro.	Controle de Frequência (mês)
<b>Recuperação Paisagística</b>	2014-2016	Bens Naturais Comuns	Área de florestamento (%) e/ou reflorestamento (Km <sup>2</sup> ) / área total do município (Km <sup>2</sup> )	70 km canteiros e espaços públicos reestruturados (+ 25% objetivo).	Plantio e replantio (Qtd); ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias); plantel anual (%)
<b>Coleta Seletiva</b>	SD	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg) / total de resíduos sólidos urbanos coletados (Kg)	150 PEVs instalados em 67 bairros e 210 t de recicláveis recolhidos.	Empreendimentos atuantes; novos produtos; destinação adequada; (7Rs)
<b>Plano Diretor de Arborização Urbana</b>	2015	Bens Naturais Comuns	Legislação Ambiental Municipal	Parques: Urbanos delimitados (10) e Propostos (03), Bairros (21); Unidades de Conservação: Uso Sustentável (02) e Indicadas (08).	PCS
<b>Manual Técnico de Arborização de Salvador</b>	2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) / Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	SD	População alcançada mídia impressa (Qtd); meio digital ( <i>downloads</i> )
<b>Escola Municipal de Jardinagem Itinerante (EMJI)</b>	2015	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) / Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	60 intervenções no espaço público, cerca de 1,4 mil árvores plantadas.	População alcançada (Qtd); Intervenções; Plantio (Qtd); replantio (Qtd); ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias); plantel anual estabelecido (%)
<b>Vem me Regar</b>	2015	Bens Naturais Comuns	Área de florestamento e/ou reflorestamento (km <sup>2</sup> ) / área total do município (km <sup>2</sup> ) = (%)	11 mil árvores plantadas.	Plantio e replantio (Qtd); ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias); plantel anual (%)
<b>Reflorestamento Parque Socioambiental Canabrava</b>	2015	Bens Naturais Comuns	Área de florestamento (%) e/ou reflorestamento (Km <sup>2</sup> ) / área total do município (Km <sup>2</sup> ) = (%)	800 árvores plantadas.	Plantio e replantio (Qtd); ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias); plantel anual (%)
<b>Programa de Arborização Participativa (PAP)</b>	2015	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) / Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	Índice de perdas (-15%) mudas plantadas.	Plantio e replantio (Qtd); ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias); plantel anual (%)
<b>Manual Técnico de</b>	----	Cultura para a	Recursos campanhas	SD	População alcançada mídia

**Quadro 1 – Ações e eixos temáticos.**

Ação	Ano	Eixo Temático	Indicador (PCS)	Resultado (s)	Métrica Alternativa
<b>Poda de Árvores</b>		Sustentabilidade	educação cidadã (RS) /Verba comunicação publicidade (RS) = (%)		impresa (Qtd); acesso meio digital ( <i>downloads</i> )
<b>Gestão Praia dos Frades</b>	2015	Cultura para a Sustentabilidade	Preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial do município	Certificação Bandeira Azul	Selos e Certificações (Qtd)
<b>ParaPraia</b>	2014-2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (RS) /Verba comunicação publicidade (RS) = (%)	Atendimentos (Qtd.): 185 (25/01-16/02/2014); 150 (03/01-18/01; 25/01-08/02/2015); 258 (23/01-06/03/2016)	Qualificar atendimentos; estrutura e equipamentos mobilizados (Qtd.)
<b>Ingresso na rede C40</b>	2015	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável	Emissões (t CO <sub>2</sub> GEE setores energia, transporte, resíduos sólidos, efluentes domésticos e industriais) /PIB (RS)	SD	Emissões de GEE/Qualificar empreendimentos (t CO <sub>2</sub> ); Selos e Certificações (Qtd)
<b>Verde Perto</b>	2013	Gestão Local para a Sustentabilidade	Políticas municipais de Cooperação	Espaços adotados (Qtd./ano): 33 (15/2013; 07/2014; 04/2015; 07/2016); Doação Academias de Ginástica: 04	Elencar bairros/Equipamentos adotados e doados
<b>Ponto Verde</b>	2015	Planejamento e Desenho Urbano	Edificações novas e/ou reformadas (certificadas em sustentabilidade) / Edificações e projetos de reforma = %	SD	Indicação Bairros/Qualificação Empreendimentos;/ Feedback usuários
<b>Cooperativa Polo da Bahia</b>	2015	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Catadores coleta seletiva/Catadores Municipais = %	SD	Associações e Cooperativas Coleta Seletiva; Empresas parceiras Coleta Seletiva; Recicladores; Novos produtos; destinação adequada; (7Rs)
<b>PEV Itaigara</b>	2014	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg)/Resíduos sólidos urbanos coletados (Kg) = %	Ponto de entrega pública para coleta de materiais recicláveis.	Empresas parceiras; Controle de destinação; (7Rs)
<b>Dia Mundial da Reciclagem</b>	2015	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg)/Resíduos sólidos urbanos coletados (Kg) = %	SD	Empresas parceiras; Controle de destinação; (7Rs)
<b>Participação no Clean Up Day</b>	2014-2015	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg)/Resíduos sólidos urbanos coletados (Kg) = %	Limpeza praias: Ondina; Buracão (Rio Vermelho); Penha (Ribeira); Piatã; Porto ao Cristo da Barra.	Empresas parceiras; Controle de destinação; (7Rs)
<b>Coleta Seletiva Copa do Mundo</b>	2014	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg)/Resíduos sólidos urbanos coletados (Kg) = %	1,5 ton de resíduos recicláveis recolhidos.	Empresas parceiras; Controle de destinação; (7Rs)
<b>Coleta Seletiva Jogos Olímpicos</b>	2016	Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Recuperação de resíduos recicláveis (Kg)/Resíduos sólidos urbanos coletados (Kg) = %	750 kg de resíduos recicláveis recolhidos.	Empresas parceiras; Controle de destinação; (7Rs)
<b>1º Inventário de Emissões dos Gases de Efeito Estufa</b>	2014	Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável	Políticas de fomento à eficiência energética da economia local	Motorização Euro 5 dos veículos como requisito estipulado para a concessão do transporte público municipal (tecnologia reduz em 60% as emissões de óxido de nitrogênio, NOx, e em até 80% as emissões de partículas promovidas pelos modelos com a tecnologia Euro 3).	Frota transporte municipal e público energias renováveis (%); Controle anual de Emissão Frota Municipal e de Transporte Público
<b>Virada Sustentável de Salvador</b>	2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (RS)	SD	Estimativa de frequência (Qtd)

**Quadro 1 – Ações e eixos temáticos.**

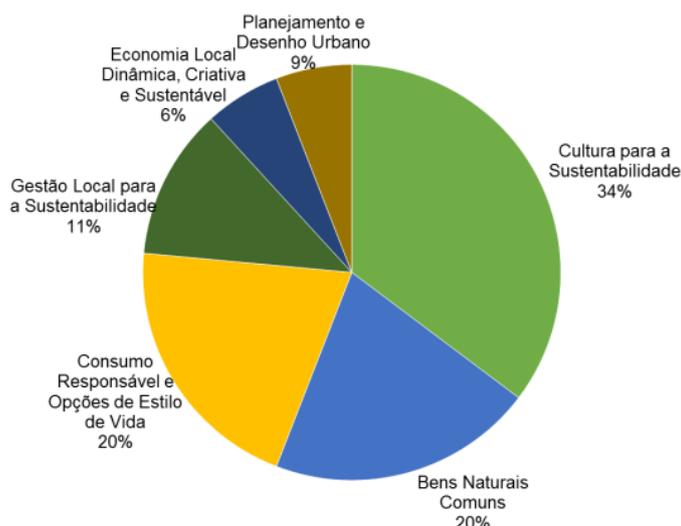
Ação	Ano	Eixo Temático	Indicador (PCS)	Resultado (s)	Métrica Alternativa
			/Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)		
<b>Turminha Sustentável</b>	2015-2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) /Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	7.500 gibis distribuídos.	População alcançada mídia impressa (Qtd)
<b>Sala Verde Itinerante</b>	2014	Cultura para a Sustentabilidade	Livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais/habitante	01 biblioteca especializada (área ambiental)	Controle de frequência; Qualificar Exemplares (Qtd)
<b>Balaio Verde</b>	2015-2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) /Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	SD	Material de campanha (Qtd); Bairros abrangência
<b>Decreto nº 27.111</b>	2016	Bens Naturais Comuns	Legislação ambiental específica para o município	Delimitação bacias: 12 (hidrográficas); 09 (drenagem natural)	PCS
<b>Livres Livros</b>	2016	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) /Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	34 pontos instalados: 06 bairros.	Controle de frequência e de exemplares (Qtd)
<b>Parklets</b>	2016	Planejamento e Desenho Urbano	Edificações novas e/ou reformadas (certificadas em sustentabilidade) / Edificações e projetos de reforma = %	Parklets instalados: 02	Indicação Bairros/Qualificação Empreendimentos;/ Feedback usuários
<b>Grupamento Especial de Proteção Ambiental (GEPA)</b>	2015	Bens Naturais Comuns	SC	Capacitação Recursos Humanos: 42 guardas	Tipo Qualificação Profissional; Ocorrências ambientais; Palestras (Qtd.)
<b>Carnaval Sustentável</b>	2014	Cultura para a Sustentabilidade	Recursos campanhas educação cidadã (R\$) /Verba comunicação publicidade (R\$) = (%)	Organizações alcançadas: 40 (blocos, trios, camarotes); ações sustentáveis = 160	Qualificar Ações Sustentáveis; Público-alvo (Qtd)

Fonte: Adaptado de Relatório de Gestão SECIS (Salvador, 2016).

\*SD: Sem Dados. SC: Sem Correspondência.

No Quadro 1 foi elencado as referidas ações (planejadas e/ou efetivadas pela SECIS) aos Eixos Temáticos e respectivos Indicadores (PCS), quando não descritas métricas, foram sugeridas alternativas efetivas à sistemática quantitativa de coleta de dados, para possível análise de desempenho e espectro alcançado

**Gráfico 1** – Ações da SECIS nos Eixos Temáticos do PCS. Salvador – BA, 2019.



Fonte: Autores (2019).

Observa-se (Quadro 1), em conformidade como as ações SECIS (SALVADOR, 2016b), um espectro que apenas 50% dos Eixos Temáticos (PCS, 2012) foram contemplados, predominando “Cultura para a sustentabilidade” “Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida” e “Bens Naturais Comuns” (34; 20 e 20%, respectivamente) (Gráfico 1), enfocando campanhas de sensibilização em educação ambiental e cidadania [cartilhas, banners, folders, palestras, aulas e atividades]; coleta seletiva (campanhas; implantação de coletores urbanos) e áreas verdes urbanas (plantio, replantio de mudas para arborização). Denota-se uma limitada aderência entre ações/indicadores, limitando o monitoramento e abrangência de efetividade.

Assim, o indicador “Livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais/habitante” não reflete o potencial da ação Sala Verde Itinerante, carecendo de informações do público-alvo alcançado. De forma semelhante, “Área de florestamento (%) e/ou reflorestamento (Km<sup>2</sup>)/área total do município (Km<sup>2</sup>)” não caracteriza o quantitativo de plantio/replanteio, além do monitoramento contínuo das mudas, demandando ação de continuidade de preservação e plantel (% ano perdas/reposição).

As ações do Grupamento Especial de Proteção Ambiental (GEPA) inserida no eixo “Bens Naturais Comuns”, poderia ser inserida no eixo “Justiça Social e Cultura de Paz”, pois objetiva “proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos” (PCS, 2018) (Quadro 1), contudo, pelas informações genéricas não foi possível sugerir Indicador específico às referidas ações. A associação Ações/Instrumentos (SECIS) deveriam estar atreladas Eixos/Indicadores (PCS), por exemplo, a compilação/distribuição dos Manuais Técnicos de Poda de Árvores e de Arborização de

Salvador, como Turminha Sustentável, deveriam estar alocados em “Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida”, não sendo dimensionada a abrangência destas ações.

Não foram observadas ações SECIS nos eixos “Governança; Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz”, “Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida”, “Melhor Mobilidade, Menos Tráfego”, “Ação Local para a Saúde” e “Do Local para o Global”, apesar destes manterem relação direta com temas sociais urbanos (ANGELINI, 2001), como oferta de serviços públicos básicos (prevenção de saúde, mobilidade, inclusão e participação social, educação formal).

Constatou-se que as ações alocadas em “Cultura para a Sustentabilidade” (sem atrelamento aos Indicadores recomendados), com relação direta nos aspectos de “Educação e Qualidade de Vida” (sensibilização cultural). Outras estão superpostas em mais de um eixo, como o IPTU Verde e Outorga Verde (Gestão Local para a Sustentabilidade, sendo indicador as Políticas Municipais de Cooperação). Contudo, apresenta melhor aderência ao “Planejamento e Desenho Urbano”, prevendo-se critérios de desenho urbano e construção sustentável, relacionado aos recursos e fenômenos naturais no planejamento municipal (Quadro 1).

Resultados mensuráveis são suportes à análise de planejamento, estratégias, espectro de ação, resultantes e efeitos ao público-alvo previsto e alcançado, possibilitando replicabilidade, aperfeiçoamento e/ou adaptação, interação entre Secretarias e SECIS, além de referência para outras realidades e cidades aderentes ao PCS na promoção do desenvolvimento urbano municipal.

Assim, foram sugeridas como métricas a serem adotadas: a) *Parklets*, demandando monitoramento mensal dos usuários, mecânico (catraca) ou através de ponto *Wi-Fi* com acesso condicionado a cadastramento simples, caracterizando inclusão digital nos bairros; b) florestamento ou reflorestamento: registro de intervenções realizadas, quantidade e espécies de mudas plantadas e replantadas, ações preventivas (fitotécnicas e fitossanitárias) e plantel anual estabelecido (%); c) resíduos sólidos urbanos: cadastramento de empresas parceiras; manejo e destinação dos resíduos, associadas aos 7Rs (repensar, recusar, reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e reintegrar) (Souza, 2016).

Risério (2004), Souza (2008) e Flexor (2011), ao discutirem o desenvolvimento urbano da capital soteropolitana, evidenciaram questões cumulativas à problemática ambiental urbana, ao longo do processo histórico de desenvolvimento de Salvador, como a canalização e lançamento de efluentes nos rios urbanos, supressão de vegetação nativa e plantio de plantas exóticas, uso ilegal de solo com a ocupação de áreas de encostas, Mata

Atlântica, invasão de áreas de proteção ambiental (dunas, lagoas, litoral), demandando planejamento e mitigação, considerando pressão, estado e resposta do ecossistema inerente.

Considerado o Relatório de Gestão (Salvador, 2016) e sugestões preconizadas (PCS, 2012), percebe-se o foco preservacionista e de cidade resiliente nas ações executadas como programa de governo, conforme orientações à introdução de perspectivas econômicas, sociais e políticas na promoção da sustentabilidade (CNUMAD, 1992), como inovadores e imprescindíveis à cidade sustentável (Angelini, 2001; Leite, 2012).

Denota-se déficit ou inconsistência de registro de dados dos resultados alcançados (Salvador, 2016) ou não aderência (direta ou indireta) de ações em “Mobilidade Urbana”, apenas a “Ponto Verde”, que objetiva amenizar a sensação térmica dos usuários enquanto esperam transporte público, sem métricas e conseqüentemente resultantes, desencadeando inefetividade (informações desconhecidas, perdidas ou não levantadas), pois quase 30% das ações executadas não apresentam resultados, e na sua maioria (70%) constam dados inconsistentes e/ou não mensuráveis, limitando dimensionar a efetividade das ações sustentáveis, as quais deveriam compor o diagnóstico consolidado (PCS, 2012), aderindo às práticas de transparência e participação social que motivam a integração do tripé sociedade civil, organizada e governo local, conforme Agenda 21 Local (Brasil, 2003).

Angelini (2001), citando Rogers (1997), previu que na consolidação da cidade sustentável a concepção da cidade transparente, pautada no estímulo da troca de informações de forma transparente, mas sobretudo, na geração e divulgação de dados que favoreçam monitoramento e avaliação eficazes da atividade pública, contrapondo o cenário urbano que exhibe desordem (Maricato, 1996).

Assim, torna-se imprescindível implantar e manter um banco de dados/informes com acesso público (meio digital), possibilitando um meio para registro, socialização, triagem e análise destas ações, por pesquisadores, interessados e instituições, dando visibilidade, servindo como referência, permitindo adequações, pois funcionam como lastro e trampolim aos processos de gestão local e qualidade de vida daqueles que estão no contexto da urbe.

## **5. Considerações e Recomendações**

Na contemporaneidade o planejamento urbano perpassa por corresponsabilidade e saúde ambiental em contraponto aos conflitos urbanos cumulativos do processo de urbanização das urbes brasileiras, pela inadequação das formas de uso e ocupação do espaço e disparidades socioeconômicas vigentes. Ações sustentáveis em cenário de cidades resilientes

exercitam essa função na pressão premente de bem estar socioambiental e eficiência aos processos econômicos.

A implementação de uma Secretaria municipal que carrega o título de cidade sustentável é inovadora, preconizando um processo conceitual de Gestão Pública e políticas integrativas com capilaridade e articulação suprapartidária, representativa pelas ações (2013-2016) nos quatro primeiros anos de funcionamento da SECIS, mesmo em questões municipais complexas, as quais demandam integração de Secretarias e órgãos exógenos, podendo ser potencializadas por parcerias privadas e público-privadas.

A produção e disponibilização do Relatório de Gestão (SALVADOR, 2016b) configurou importante mecanismo para aporte do conhecimento acerca da Agenda de Sustentabilidade no referido período analisado, possibilitando descrever e caracterizar as ações da SECIS, associá-las aos Eixos Temáticos e referendá-las pelas métricas sugeridas pela adesão ao PCS.

Observou-se que há demanda para melhor planejamento, gestão, monitoramento (qualificação/quantificação) das ações executadas, sendo isso fator limitante à análise atrelada ao PCS e promoção transparente, democrática e participação social de sustentabilidade, com efeito positivo em Salvador, passível de adequações e replanejamento, imprescindível ao processo de continuidade, decorrente da análise de potencialidades e falhas.

Dentre os 260 indicadores norteadores sugeridos pelo PCS, são recomendadas a adoção de 100, no mínimo, sendo elencados apenas 13 associados às ações da Agenda de Sustentabilidade da SECIS, agravada pela não explicitação e métricas de mensuração destes referidos indicadores, tampouco o processo de monitoramento dessas ações após executadas, sugerindo-se a inclusão destes indicadores possíveis e/ou sugestões alternativas de métricas para avaliação. A gestão municipal deve ser capaz de estabelecer/adequar seus instrumentos de análise e monitoramento, independentes da confluência ao Programa, gerando sistematização de processos, decisão de manutenção ou não das atividades, possibilidade de referência à replicabilidade, promover visibilidade e valorizar a abrangência da atuação pública, aferindo a capacidade de promoção da sustentabilidade urbana pela SECIS.

A iniciativa de Salvador em aderir ao PCS, como ferramenta norteadora do processo de construção de um aparato público conceitual aplicado à cidade, proporciona aos soteropolitanos um canal de diálogo para práticas e construção de políticas que buscarão favorecer a qualidade de vida da comunidade, inclusive aos entes de representatividade civil, intelectuais e pesquisadores desafiados a pensar Salvador aos soteropolitanos, atendendo as demandas da população através de atividades integradoras e inovadoras identitárias, garantido

a manutenção das estruturas sociais, culturais e ambientais, disponibilizando um banco de dados disponíveis *online* de acesso público, abarcando planejamento, metas, ações, resultados, indicadores e monitoramento, projetados em curto, médio e longo prazo.

## Referências

Abreu, S. E. A. (2008). Pesquisa e Análise Documental. In: *XVI Seminário de Práticas Docentes: competências docentes no século XXI e em outros também*. Anápolis: Anais do XVI Seminário de Atualização de Práticas Docentes. pp. 26-28.

Angelini, S. (2001) *Sob o céu da cidade sustentável: formação e expansão do espaço urbano em poços de caldas*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2000). *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

Braga, T. M., Freitas, A. P. G., Duarte, G. S. (2002). Índice de sustentabilidade urbana. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade-AMPAS*, pp 14.

Brasil. (2003). Ministério do Meio Ambiente do Brasil. *Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUMAD. (1992). Agenda 21.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In: POUPART, J. DESLAURIES, J. P.; GROULX, L. H. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, p. 416-436.

CNUMAD.(1992). Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. São Paulo: CNUMAD. (tradução oficial).

Flexor, M. H. (2011). *A Urbanização de Salvador em Três Tempos: colônia, império e república* (2.ed.). Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

GPS. (2013). *Guia Gestão Pública Sustentável*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, NEF Núcleo de Estudos do Futuro – PUC-SP.

GPS. (2016). *Guia Gestão Pública Sustentável*. Secretaria Executiva do Programa Cidades Sustentáveis. São Paulo: Agência Frutífera.

Leite, C. (2012). *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman.

Maricato, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.

PCS. (2012). *Programa Cidades Sustentáveis*. (5 ed.). São Paulo: Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

PCS. (2018). *Eixos do Programa Cidades Sustentáveis*. Recuperado em 23 de junho de 2020, de <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs>.

Risério, A. (2004). *Uma história da cidade da Bahia*. (2.ed.). Rio de Janeiro: Versal.

Salvador. (2010). Decreto nº 20.950 de 12 de julho de 2010. (2010). Recuperado em 23 junho 2020, de <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2010/2095/20950/decreto-n-20950-2010-altera-o-regimento-da-superintendencia-do-meio-ambiente-sma>.

Salvador. (2016). Decreto N° 27.132 de 06 de abril de 2016. Salvador. Recuperado em 23 junho 2020, de <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2016/2713/27132/decreto-n-27132-2016-aprova-o-regimento-da-secretaria-cidade-sustentavel-secis>.

SECIS. (2016). *Relatório de Gestão*. Salvador: Secretaria Municipal Cidade Sustentável (SECIS).

Souza, A. G. (2008). *Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. (2.ed.). Salvador: EDUFBA.

Silva, L. S., & Travassos, L. (2012). Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. São Paulo: *Cadernos Metrópole*. n 19.  
Recuperado em 23 de junho de 2020, de <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8708>.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Patrick Passinho Silva – 60%

Paulo Sérgio Rodrigues de Araújo – 40%